



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 08/2016

Da reunião pública Extraordinária da Câmara Municipal de Alcoutim

Realizada em 21 de abril de 2016

----- Aos vinte e um dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, nesta Vila de Alcoutim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública extraordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **INVENTÁRIO DOS BENS DO MUNICÍPIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO ECONÓMICO DE 2015:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar:-----

1

R

1. Ao abrigo das disposições conjugadas da alínea i) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e do disposto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, o inventário dos bens do município e ainda os documentos de prestação de contas do Ano Económico de 2015; -----

2. Submeter à Assembleia Municipal, ao abrigo alínea l) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro os referidos documentos para apreciação e votação; -----

3. Submeter ainda, nos termos previstos no ponto 2.7.3 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, à aprovação da Assembleia Municipal a seguinte aplicação do resultado líquido do exercício, com o valor de € 23.495,53 (vinte e três mil quatrocentos e noventa cinco euros e cinquenta e três cêntimos): ---

a) 5% daquele valor € 1.174,78 (mil cento e setenta e quatro euros e setenta e oito cêntimos) para Reservas Legais, nos termos previstos no ponto 2.7.3.5 do POCAL, e; -----

b) os remanescentes € 22.320,75 (vinte e dois mil trezentos e vinte euros e setenta e cinco cêntimos), para a conta de Resultados Transitados, nos termos previstos no ponto 2.7.3.2 do POCAL. -----

----- O presidente usou da palavra para mencionar que a matéria em discussão “é um documento com uma execução do orçamento, que foi aprovado e votado, pelos órgãos executivo e deliberativo em 2014 para o ano de 2015, e é um documento que, com enorme satisfação e orgulho, que o trago aqui hoje para, mesmo seguindo no fundo o percurso dos anteriores orçamentos, quanto ao seu equilíbrio a sua transparência, ao seu rigor de execução, neste ano prima por uma execução superior a 99 % na receita e superior a 90 % da despesa, estes números mostram claramente a nossa preocupação, a responsabilidades e a nossa sinceridade e fiabilidade que alicerçam as previsões orçamentais, tendo ainda a apresentar aqui um saldo da conta de gerência de € 762.931,22 ”. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mostrar o seu descontentamento relativamente à falta de documentos na prestação de contas, nomeadamente o resumo total das despesas, o rácio de estrutura da despesas entre outros, apesar de a mesma ser “composta com muitos documentos e toda pomposa”. Continuou a sua intervenção solicitando os seguintes esclarecimentos, “em 2013 o município arrecadou € 8.994,292,00 de receita,

2

em 2014 € 8.378.597,00, em 2015 € 8.154.264,00”, e é nesse sentido que questiona como justifica que o município nos últimos dois anos (2014, 2015), tenha perdido em termos de receita arrecada € 850.000,00? No que concerne às despesas, como justifica os indicadores do rácio de estruturas de despesas? ---


----- O presidente usou da palavra para explicar que a diminuição das receitas, nomeadamente das receitas de capital, no que respeita a verbas de fundos comunitários “caíram abruptamente”, desde 2013, devido à diminuição de transferências do estado. No que concerne à diminuição de receitas próprias frisou que “temos um conjunto muito curto dessas receitas”, e que a mesma se prendeu com o decréscimo das receitas do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), o término do Quadro Comunitário, a recuperação e verbas de investimento “que caíram em 2013, e em 2014/2015 já não caíram com essa regularidade, porque não havia transações para serem liquidadas”, dando nota de seguida da última verba que “recebemos em termos de receita de fundos comunitários” (Estrada Regional 124). O vereador José Pereira usou da palavra para relembrar que deverá o presidente responder igualmente à segunda questão apontada, tendo o presidente solicitado ao vereador a questão objetiva pretendida. -----

----- O vereador José Pereira interveio novamente para questionar, no que concerne às despesas, como justifica os indicadores do rácio de estruturas das despesas? dado que os mapas dessa informação não foram facultados, e como tal gostaria uma explicação sobre o assunto, devido aos mesmos indicarem em termos de despesa corrente/capital de investimento “o que aconteceu e o que se perspetiva no futuro”. -----

----- O Chefe de Divisão, Dr. José Pires interveio para mencionar que os mapas encontram-se elaborados, e que a razão da não entrega prende-se unicamente com uma questão técnica, designadamente falha na impressora, tendo o vereador José Pereira mencionado que os documentos em causa são de extrema importância para entender “a evolução em termos de estrutura de peso ao longo dos anos”. -----

----- O presidente usou da palavra para salientar que não houve qualquer intenção por parte da Edilidade, em não enviar a documentação em falta, no entanto, considera que são situações que deverão ser evitadas, porém, o





vereador “ao detetar a falha, poderia ter comunicado, para que a mesma fosse solucionada”. Em relação ao rácio mencionou que os investimentos per capita, terão sempre a tendência a aumentar, se não houver a reversão, que todos pretendemos, “que é o aumento da população, porque não vamos deixar de ter uma estrada, porque ela em vez de servir 200 habitantes só começa a servir 100, e se os 200 habitantes, se o custo da estrada dos 200 habitantes custa um valor, custa o mesmo para os 100 habitantes, e obviamente que isso se vai refletir de uma forma a dobrar, mas obviamente que é assim, em termos de distribuição per capita, também aumenta, e tudo aquilo que são obras de saneamento, e são obras de investimento na área da disponibilidade de água, na área do saneamento, na área do quer que seja, no dia em que nos obrigarem a fazer este tipo de investimento, e tendo como prioridade, digamos, esse indicador per capita, então aí, provavelmente, darão nos a machadada final, e eu não me parece que isso seja, que alguém vá fazer isso, é o que me apraz dizer sobre esta questão. E é isso obviamente que influencia aqui esta estrutura de rácio, os dados destes anos, nestes 4 anos que aqui estão versados no documento de 2011 a 2015”. -----

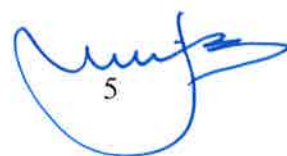
----- O vereador José Pereira interveio para demonstrar o seu descontentamento pelas respostas facultadas pelo presidente, nas questões apontadas, dado que “esquecem-se muitas vezes” da arrecadação de receitas, junto dos nossos governantes e direções regionais, “até ao momento de 2014 e 2015 foi zero, mas pronto, é a vossa política”, bem como mostrar a sua preocupação em relação ao rácio da estrutura da despesa, uma vez que o presidente afirmou na sua intervenção que os investimentos tem tendência a aumentar, “porque as obras se fazem para 100 pessoas, apesar de elas irem diminuindo, vão aumentando, mas estamos a falar que estas medidas são feitas com base nos censos, e os censos foram em 2001/2011, portanto é uma resposta que não percebo”. Findou referindo que não entende igualmente quando o presidente diz”, no dia em que nos obrigarem a realizar este tipo de obras, saneamento e não sei o quê, obrigarem”, tendo o presidente usado da palavra para referir que a sua afirmação foi no sentido de “nos condicionarem esses investimentos por parte das pessoas”. O vereador continuou a sua intervenção referindo que ninguém tem que condicionar nada, “quem decide aqui somos



4

nós, é o senhor não são os outros”, dado que temos que ter políticas de desenvolvimento que “nos levem a contrariar esses indicadores”. Deu nota de seguida que em termos de despesa corrente, euros/habitantes/per capita, houve um aumento (2012 para 2013) – (2013 para 2014), na ordem de € 20,00/ 30,00, passado de € 1.776,00 para € 1.794,00, “até este valor está errado, porque cheguei a 2014 e tive que fazer contas, por que vi que não estava correto o valor, já mostro ao chefe que é para ele ver. Agora preocupa-me muito, que de 2014 para 2015, este indicador aumente aproximadamente € 200,00 por habitante, em termos de despesa corrente, em termos de despesa de capital ou de investimento, reduzimos de 2013 para 2015, três vezes mais, passamos de € 1.579,00 por habitante, em termos de investimento, para € 597,00, isto para mim é preocupante, os senhores podem não achar que seja, mas para mim é, portanto há que tomar medidas, o senhor presidente diz que está a operacionalizar uma politica de desenvolvimento económico, e depois chegamos aqui a estes indicadores, que nos indicam completamente o contrário, portanto, senhor presidente acho que devia estudar bem este assunto, devia se preocupar com este assunto, e não argumentar conforme argumentou, o senhor é o presidente de câmara nós não estamos aqui ao sabor dos outros, estamos aqui para decidir o futuro do concelho”. -----

----- O presidente usou da palavra para esclarecer que na sua intervenção anterior quis refletir que “quando os condicionalismos dos investimentos só tiverem a ver com o número das populações, então aí estão mesmo muito mal, e nós sabemos que por muito que nos queiramos, e por muito que nós façamos, existem regras que nos condicionam, e isso é verdade, que nos condicionam no exercício da autonomia do poder local, como o senhor sabe e infelizmente é uma das grandes batalhas, com que todos os dias nos deparamos. Em relação aqui as questões de uma parte da interpretação do rácio mencionou que a mesma, prende-se com uma forma como determinadas despesas começaram a ser contabilizadas, “há um conjunto de despesas que outrora eram contabilizadas em despesas de capital, que nós agora colocamo-las em despesas correntes, porque é esse o entendimento”. Findou dando nota que o executivo permanente “tem uma prática, uma conduta, da qual não nos pretendemos


5

desviar, que são, em termos daquilo que são os conceitos legais e regras imperativas do bom cumprimento das contas". -----

----- O vereador José Pereira interveio para referir que são regras que tem que ser cumpridas, "e corrobora plenamente com isso", tendo o presidente usado da palavra para mencionar que "essas regras ditam alterações, que no fundo se refletem, aqui nestes documentos, essas alterações e indicadores que existem nestes documentos, e que nos mostram que uma parte significativa da nossa despesa, que outra ora era contabilizada como despesa de investimento/ capital, neste momento, é contabilizada em despesa corrente". O vereador continuou a sua intervenção para mencionar que não corrobora com o presidente, alertando de seguida, que existem valores nos referidos Mapas, que se encontram mal lançados, dado que consta o mesmo valor nos anos de 2013/2014, bem como frisar que discorda igualmente com o presidente quando o mesmo afirma que a contabilização foi alterada, "a contabilização foi alterada, sim senhora, mas muitas vezes somos nós que a alteramos, isto é só a título de exemplo, quando nós atribuímos em termos de transferências de capital, um valor, e depois em transferências correntes outro valor, e no ano seguinte, em vez de, se calhar fazermos um protocolo, vai para as transferências de capital, é assim não é? tendo o vereador Paulo Paulino referido que "não acontece assim necessariamente". O vereador José Pereira de seguida referiu que "se os senhores querem cumprir as regras, eu também quero, sou o primeiro, e tenho demonstrado nestas reuniões muitas vezes votado contra certos assuntos, ou abster-me em certos assuntos, porque acho que as regras devem ser respeitadas, independentemente das decisões que se tomem, podemos achar injustas ou não", e que "os revisores oficiais de contas, não são decisores políticos, decisores políticos somos nós, não são os revisores oficiais de contas, que nos vão dizer que vamos fazer a estrada A, B ou C, devemos fazer o saneamento A, B ou C, se lhe o dizem, não lhe deviam dizer, que não acredito que lhe digam, nem o senhor aceitava isso, acho eu, agora não posso concordar com aquilo que acabou de afirmar, concordo sim senhor que deve ser respeitadas as regras, mas o que esta explanado neste documento, que eu referi, no rácio da estrutura das despesas, e que o investimento, obras, para não falar noutras coisa, obras em si, diminui três vezes mais em relação a 2013, em 2014


6

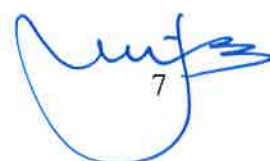
caíram aproximadamente € 200,00, em 2015 passou para três vezes menos, caiu € 1.000,00, justifique-me, então é a questão que eu coloco, o executivo permanente não estão preocupados com os indicadores apresentados. -----


----- O Chefe de Divisão interveio para esclarecer que em termos de questões técnicas, as regras da classificação da despesa e da receita, não foram alteradas desde 2002, ano da implementação do POCAL, elaborando de seguida uma resenha no que respeita às diferenças existentes entre despesas de capital e correntes. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para referir que “ai se vê que o decréscimo acentuado prende-se com o número de obras que o senhores projetam em orçamento e depois não realizam”. De seguida no âmbito de o presidente afirmar na introdução do relatório de Gestão de Contas e na comunicação social, em 2015, que pretende operacionalizar uma política de desenvolvimento do concelho, em que estimava gastar nesse ano € 200.000,00, e apenas gastou € 81.000,00, questionou que projetos mandou fazer? Não acha, que com tanta ideia para operacionalizar uma política de desenvolvimento, gastou tão pouco em projetos? -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para informar que a não realização de projetos, nomeadamente a diminuição do custo de investimentos, “tem a ver com aquilo que está aberto”, no Quadro Comunitário, exemplificando de seguida os projetos a executar, na área de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, construção da ETAR do Álamo, remodelação do Hangar, Arranjos Paisagísticos em Martim Longo, Edifício do Espaço de Cidadão. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que não corrobora com a intervenção anterior, uma vez “que o vereador desculpa a falta de projetos, com a inexistência de fundos comunitários”, elencando o exemplo seguido, no anterior mandato, “quando eram apelidados de conseguir mais financiamentos, devido à existência de projetos futuros em carteira”. Deu nota ainda que chamava a essa política “o custo de oportunidade”, e os senhores “tanto criticaram os projetos lançados em orçamento, no valor de € 50,00”, bem como mencionar que o presidente afirma na introdução do relatório de gestão que os objetivos delineados para 2015, e que se materializaram nas Grandes Opções do Plano (GOP) e no Orçamento Municipal (OM) foram cumpridos, e é


7

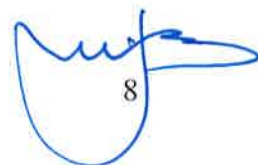


nesse sentido que questiona se continua a achar que o OM, como tal afirmou anteriormente, era realista, sério, objetivo e ambicioso. ----- O presidente interveio para mencionar que as 3 (três) características (sério, realista e ambicioso) são aquelas que devem nortear “qualquer pessoa, qualquer político e qualquer presidente da Câmara, revendo-se nestas três qualidades, neste orçamento, nesta execução e aquilo que faço na vida”. Findou salientando que “nem sempre conseguimos executar tal como queremos, porém, não é isso que nos afasta de sermos realistas e ambiciosos”, bem como que as regras impostas restringem “a ação que existia no passado”. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que o presidente “gosta muito de falar no passado”, recordando de seguida a crítica existente, no anterior mandato, no que concerne aos orçamentos, e como tal considera que “ainda está para nascer o primeiro orçamento que seja realista”. Continuou referindo que apresentaram um orçamento que ao longo do ano sofreu dezanove alterações, duas revisões orçamentais, e um Plano Plurianual de Investimentos (PPI) que em termos de GOP sofreu dezassete alterações e uma revisão orçamental, um orçamento onde se verifica que, obras que estabeleceram como prioritárias não avançaram e rubricas que apresentam enormes derrapagens financeiras em relação ao previsto. De seguida elencou várias questões sobre as várias rubricas que constam no orçamento, e se encontram explanadas na declaração de voto, abaixo apresentada, bem como mencionar que mesmo com tudo isto, o senhor presidente continua a achar que apresentou um orçamento realista e verdadeiro? “Mais palavras para quê, tal como diz o ditado, cego é aquele que não quer ver”. -----

----- O presidente interveio para mencionar que o vereador tece/apresenta um conjunto de questões ao pormenor, e como tal não tem resposta de “cabeça para tantas questões”. No que concerne à modernização administrativa referiu que o valor gasto “foi um custo de oportunidade”, uma vez que existiu financiamento a 75% de fundos comunitários, dando nota de seguida que as oportunidades e/ou medidas tomadas prendem-se com uma “questão de gestão do executivo permanente, que prima pelo rigor, transparência”.-----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (dois) votos contra dos vereadores José Pereira e Dr^a. Dalila Barros, aprovar a




8


referida proposta. -----

Apresentaram a seguinte declaração de voto, que se passa a transcrever: “A prestação de Contas tem como objetivo principal, dar uma imagem fiel do património, da situação financeira, da execução do orçamento e do resultado económico e patrimonial da entidade que presta contas. Afirmamos na análise e votação do orçamento e grandes opções do plano para 2015, que não víamos refletida uma estratégia política de desenvolvimento continuada, seguida em anos anteriores e que era o mais baixo orçamento dos últimos anos em Alcoutim. Dissemos que a despesa era praticamente consumida pela gestão corrente e exista uma ausência de investimento em obras que se revelavam prioritárias, destacando-se apenas, a conclusão do lar de Martim Longo, a etar dos montes do Rio, a 2.ª fase da avenida de Martim Longo e a reparação da ponte de Mestras/Barroso. Se no que diz respeito à receita arrecadada, podemos concluir que, veio confirmar-se que estava previsto em orçamento, no que toca a despesa, apesar da mesma apresentar um grau de concretização de 91% isso não reflete o que estava projetado, em termos de investimento e iniciativas no orçamento e nas grandes opções do plano, ou seja, as verbas foram gastas, mas não, como estava previsto em orçamento, vejamos: Em termos de despesa corrente, verificamos com agrado que a despesa realizada se aproximou do que defendemos na aprovação do orçamento e registou aproximadamente menos 230.000,00 € do que estava estimado, apesar de considerarmos excessivas as verbas despendidas em transferências correntes. Já no que toca à despesa de capital, verificamos com desagrado que a despesa realizada não reflete o que foi aprovado em orçamento. Na rubrica proteção civil, estavam previstos 20.000,00 € para um centro de recurso de proteção civil, não sendo despendido qualquer verba; Em serviços individuais de saúde, previam 69.000,00 €, foi despendido 113.800,00 €; Em termos de Ação Social previam gastar 350.000,00 no lar de idosos de Martim Longo, despenderam 699.553,36 €; Na rubrica Ordenamento do Território, estimavam 200.000,00 para projetos, despenderam 81.000,00, o que revela ausência de ideias e projetos para o futuro; Em Saneamento Básico previa-se 150.000,00 € na construção da Etar dos Montes do Rio, obra prioritária no orçamento e grandes opções do plano, não gastaram qualquer verba; Em abastecimento de água, não se regista qualquer valor significativo, apenas se realizaram obras por administração direta; Na rubrica proteção do meio ambiente, previam gastar 100.000,00 € em requalificação paisagística do lar de Martim Longo, gastaram 174.053,00; Em termos de cultura, previam gastar 5.000,00 €, despenderam 39.178,87 €; Nas rubricas de desporto, outras atividades físicas e religiosas, apenas


9



a destacar verbas atribuídas em protocolos e diversas entidades; Na rubrica transportes rodoviários/vias de comunicação previam gastar 200.000,00 € na 2.ª fase da Avenida de Martim Longo, outra obra prioritária no orçamento e grandes opções do plano, não realizaram qualquer verba. Em pavimentação de arruamentos, estimavam 25.000,00 €, não realizaram qualquer verba. Na construção e reparação de estradas, estimavam 50.000,00 €, gastaram 140.374,00 €. Na construção e reparação de pontes, previam 50.000,00 €, gastaram 149.439,00 €. Na rubrica turismo, previam 25.000,00 € num plano de desenvolvimento estratégico, gastaram zero, diz o senhor presidente que está operacionalizar o desenvolvimento económico do município; Na rubrica outras funções económicas previam gastar em aquisição de imóveis rústicos 30.000,00, gastaram 125.000,00 €, e em urbanos 70.000,00 €, gastaram 61.500,00 €. Em aquisição de maquinaria para a cultura, desporto e turismo, estimavam 5.000,00 €, gastaram 87.563,00 €. Em modernização administrativa, previam gastar em equipamentos e software 20.000,00 €, gastaram 273.673,00 €. Podemos assim concluir, que apresentaram-nos para 2015, um mau orçamento, nada verdadeiro e realista, como senhor presidente tanto nos afirmou. Apresentaram-nos um orçamento que ao longo do ano sofreu 19 alterações e 2 revisões orçamentais e um PPI que em termos de grandes opções do plano sofreu 17 alterações e uma revisão orçamental. Um orçamento onde se verifica que, obras que estabeleceram como prioritárias não avançaram e rubricas que apresenta enormes derrapagens financeiras em relação ao previsto. Um grau de execução de despesa de 91% não é sinónimo de uma boa execução orçamental, uma vez que essa despesa efetuada não corresponde ao que foi projetado em orçamento. O Município perdeu em termos de receitas arrecadas 850.000,00 € de 2013 para 2015, sendo que em 2015 arrecadou aproximadamente menos 230.000,00 € que em 2014. As despesas correntes registam um aumento pro habitante, de 2014 para 2015, de 200,00 € e em termos de Km2 do Município um acréscimo de 1.000,00 €. O investimento por habitante registou 597,90 €, uma diminuição de 700,00 € aproximadamente e por Km2 menos 3.200,00, de 2014 para 2015 e se compararmos com 2013, verificamos que a diminuição foi de 1.000,00 €. Estes indicadores deixam-nos preocupados e apreensivos quanto ao futuro. Considerando que estivemos perante um despesismo sem controlo e sem respeitar minimamente o que foi aprovado no orçamento e nas grandes opções do plano; Considerando que se verifica uma governação sem visão, sem estratégia, e sem perspectivas de trazer esperança às pessoas com vista ao futuro; Considerando que se verifica uma governação sem visão, sem estratégia, e sem perspectivas de trazer esperança às pessoas com vista ao futuro; Considerando que em termos futuros

 podem estar em causa, a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos munícipes, votamos contra". -----

----- **1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2016:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a 1.ª Revisão ao Orçamento Municipal (OM) e Grandes Opções do Plano (GOP) – 2016, bem como para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal, submeter a presente proposta e a deliberação que recair sobre a mesma, à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para questionar a razão da revisão ao OM e GOP e porquê o reforço em correntes? tendo presidente esclarecido que “é a inclusão do saldo” e o incremento de montante nas correntes prende-se com a “gestão”, dado que “temos um OM a decorrer, e seremos avaliados da execução, daqui a 1 (um) ano”. O vereador continuou a sua intervenção mencionando que “não é ninguém para contrariar”, mas considera que deverá existir uma justificação plausível para o reforço nas despesas correntes, na ordem de € 590.103,00, das quais € 551.150,00 são para o pessoal, “ou não conseguiram prever bem os custos com o pessoal”. -----

----- O presidente usou da palavra salientando “que não nos enganamos” em relação aos valores da despesa com o pessoal, e que a reposição e integração do saldo “tem a ver com alterações que foram feitas”, tendo o vereador José Pereira mencionando que sempre que são feitas alterações existem justificações, porém, “se o senhor presidente não tem nada a dizer, estou esclarecido”. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (dois) votos contra dos vereadores José Pereira e Dr.ª Dalila Barros, aprovar a referida proposta. -----

Apresentaram a seguinte declaração de voto, que se passa a transcrever: “ Não era nossa intenção votar contra esta inclusão de saldo no orçamento, apenas votamos contra, porque numa questão objetiva o senhor presidente não soube

responder ou recusou-se a responder, porque é que vai injetar no mês de abril, ao fim de 3 (três) meses de iniciar a execução do orçamento € 551.000,00 (quinhentos e cinquenta e um mil euros), em despesas com o pessoal ”. -----

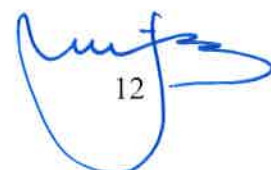
----- **MAPA DE PESSOAL PARA 2016 – 2.ª ALTERAÇÃO/MAPA DE PESSOAL PARA 2016 (NOVOS INGRESSOS) – 2.ª ALTERAÇÃO:** Foi presente uma proposta do presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar a 2.ª alteração ao mapa de pessoal para 2016 e ao mapa de pessoal para 2016 – novos ingressos, em anexo à presente proposta, identificados como Anexo A e Anexo B, respetivamente, bem como para efeitos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, submeter a presente proposta e a deliberação que recair sobre a mesma, à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar quantos novos ingressos transitaram do ano de 2015, tendo o Chefe de Divisão prestado de seguida os esclarecimentos pretendidos. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **SUSPENSÃO DOS PRAZOS PREVISTOS NOS ARTIGOS 12.º AO 15.º DO REGULAMENTO DO LOTEAMENTO NA ZONA INDUSTRIAL DE ALCOUTIM:** Assunto retirado para solicitar parecer jurídico, junto das entidades competentes, nomeadamente a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) e Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP). -----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 21 de abril de 2016, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. -----


12

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente foi encerrada a reunião, pelas doze horas e cinquenta e três minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Alcoutim que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente



O Secretário

